

Agempu visita parlamentares buscando apoio para aposentadoria especial dos Agentes de Segurança Institucional do MPU.



Na manhã de hoje (21), o Coordenador-Geral da Agempu, Fernando Belchior, e o representante da Comissão Especial do SINDMPU sobre a reforma da previdência, Marcelo Falconi (PR/SC), foram à Câmara dos Deputados em busca de apoio para a aposentadoria especial dos agentes de segurança do MPU.

O foco de pressão da categoria organizada dos Agentes de Segurança do MPU, visando exercer influência política sobre os parlamentares, acompanha o movimento de outras carreiras como a dos agentes penitenciários. Por essa razão, os parlamentares sobre os quais recaíram os trabalhos iniciais foram o deputado Lincon Diniz Portela, responsável por defender o pleito dos agentes penitenciários; o Deputado Arnaldo Faria de Sá, integrante da Comissão Mista da Reforma da Previdência; e o Senador Paulo Pain, apoiador da Frente Nacional Contra a atual Reforma da Previdência



Na opinião de Fernando Belchior, “assim como conquistamos nossa Gratificação de Atividade de Segurança na gestão Rômulo, Laércio e Gisleno e a Unificação dos cargos de transporte com a segurança na gestão Pedro, Marques e Airton, em que havia muros que pareciam intransponíveis, vamos em busca do reconhecimento de nosso direito à aposentadoria especial e venceremos mais essa batalha”.

A AGEMPU busca convencer os parlamentares do histórico prejuízo que o serviço público sempre sofreu com a falta de previsão legal regulamentadora da aposentadoria especial, direito estampadamente reconhecido pela Constituição Federal aos servidores. “Quando se fala em reforma da previdência, todos os

olhares estão sobre as maldades que podem vir dos governos contra os servidores públicos. É o momento de se valer da oportunidade, ainda que se busque o equilíbrio de contas previdenciárias, para que se repare a injustiça histórica aos servidores que trabalham em condições especiais de risco. Como se sabe, a aposentadoria especial sempre foi devida aos trabalhadores sujeitos às condições especiais de risco à integridade física. Com o rol das atribuições dos Agentes de Segurança Institucional do MPU, é impossível que não se conceda o benefício sem incorrer em injustiça”, afirmou Fernando Belchior.



Temos o embasamento jurídico do escritório do maior especialista em direito previdenciário do Brasil, Dr Wladimir Novaes Martinez. O Dr. Wladimir é bastante respeitado no meio parlamentar e integra diversos grupos de trabalho no Congresso prestando suporte jurídico. Acreditamos que com bastante empenho e atividade política seremos vitoriosos em mais esse pleito da categoria.

Construa essa conquista conosco. Convença outros colegas a se filiar a AGEMPU e apoie nossa causa. Juntos seremos mais fortes.